

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E VULNERABILIDADE SOCIAL SOB A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

Fernanda Rodrigues Laranjeira Rosa

Ieda Barra de Moura Galvão

RESUMO

Por muito tempo a imagem de que as crianças residentes em casas de passagens e abrigos era de que os mesmos houvessem dificuldade de aprendizagem devido a sua situação familiar e social. O objetivo deste trabalho é compreender o papel que um educador tem na vida acadêmica desses indivíduos. Os conceitos utilizados abordam temas como dificuldade de comunicação, interação e aprendizagem. Todos os dados foram coletados através de entrevista com a coordenadora da instituição e conteúdo bibliográfico.

Realizei uma pesquisa para conhecer a fundo a realidade das crianças, e descobrir suas inseguranças e dificuldade escolar e qual o tipo de conteúdo que mais lhes proporcionam prazer pelos estudos.

Esse estudo me permitiu compreender que nem sempre a realidade da criança residente em uma casa de passagem interfere na sua vida como estudante. O que foi observado, é que podem existir, sim, crianças em vulnerabilidade social que com seu esforço reflete em um bom desempenho acadêmico.

PALAVRA - CHAVE: VULNERABILIDADE, EDUCADOR, CRIANÇA, ESCOLA, SOCIEDADE

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma realidade, sendo responsável por altas taxas de mortalidade, analfabetismo, abandono, e considerada um grave problema que reflete diretamente na sociedade. Desse modo, o princípio que se deve nortear a ação dos que trabalham com crianças em situação de abrigo deverá ser sempre o de garantir à criança as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento, incluindo em seus cuidados a educação garantida no Estatuto da Criança e Adolescente Artigo 53 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 que diz:

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Subseção IV

Da Adoção Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Certa de que a educação é a solução para se combater a violência, a miséria e desigualdades sociais, esse trabalho trará a percepção que os educadores têm em relação ao processo de ensino e aprendizagem destacando os projetos, apoio, e reforço que a escola/abrigos oferecem e que garanta um bom desempenho na sala de aula. Para que a criança esteja preparada socialmente, as bases familiares e escolares devem caminhar juntas, mas a realidade de uma criança residente em uma casa de passagem é diferente. Sem a educação de base oferecida em casa, o aluno demonstra pouco interesse pela educação formal, logo, não se sente completo como um sujeito social. Busco então, entender o papel do educador no processo educacional dos alunos residentes na casa de passagem CERCRIA, em Colatina –es compreendendo qual tem sido seu trabalho na construção dos interesses dessas crianças pelos estudos já que na falta do familiar cabe ao abrigo tornar facilitador desse processo.

1.1 VULNERABILIDADE SOCIAL

O conceito de vulnerabilidade social é definido inicialmente como uma colocação de inferioridade diante das possibilidades de alcance de qualidade de vida e oportunidades e direitos relacionados à cidadania por um público (GUARESCHI, NEUZA 2017).

Defender as situações que desembocam em vulnerabilidade social brasileira exige identificar a existência de uma circunstância de não conhecimento das conjunturas de vida de crianças e adolescentes que vivem em uma atmosfera de subcidadania, não tendo conhecimento de como este quadro poderá interferir no futuro de cada jovem. (WINTER, MENEGOTTO, ZUCCHETT 2020) A partir disto, (WINTER, MENEGOTTO, ZUCCHETT 2020 p.1) discorre que indivíduos em que suas famílias estão em situação de vulnerabilidade social possuem empecilhos até no encerramento do ciclo básico de estudos por carregarem consigo o chamado capital cultural, bem como uma insipiência familiar e estados de pobreza e suas consequências.

Segundo (KAZTMAN, 2005 p5) uma das possibilidades de êxito positivo para estas populações seria o alcance da escolaridade para se alcançar uma melhora na hierarquia social, atingindo melhores condições de vida, já que de acordo com o autor quanto maior o grau de instrução mais recursos financeiros se obtém.

Ainda sobre esta situação (KAZTMAN, 2005 p7) discorre sobre o direito garantido por lei, da educação que perpassa a cidadania social, mas sendo mantido não como uma imposição. Sendo encontradas duas situações a educação ministrada aos de maior poder aquisitivo e a ofertada aos de menor poder aquisitivo, sendo que quando o indivíduo não consegue nem ao menos ser alfabetizado bem como letrado estas condições tornam-se obstáculos até mesmo em seu cotidiano, como em tarefas simples, o que reflete na sociedade a vida toda.

1.2 PERFIL DOS ACOLHIDOS

O Centro de Referência Municipal da Criança e do Adolescente II (CERCRIA) atende cerca de 20 crianças e adolescentes que por indeterminados motivos não podem mais ter vínculo direto com suas famílias e comunidade.

Para Juliana e Luana,

Diante dessa nova realidade o que tem prejudicado a família é a diminuição do tempo que os pais têm para ficar com os filhos. Muitos têm filhos, mas não querem agir como pais. Assim, os pais passam um tempo mínimo com seus filhos, trocando a quantidade e qualidade desse tempo por bens materiais com isso essas crianças não mais costumam pedir licença, não tem boas maneiras, não tem mais medo de responder mal seus pais, e surgindo uma geração de crianças muitas vezes sem educação e egoístas (2018).

A Instituição procura moldar o número de crianças acolhidas tendo em vista a necessidade em manter um atendimento de qualidade às crianças. Infelizmente a falta de interesse público pela causa, faz com que a precariedade do local não tenha subsídios para atender uma demanda maior de crianças. Para isso seria necessário a contratação de profissionais qualificados da área, o que é considerado um gasto exorbitante para o governo. Outra preocupação é que o trabalho não consegue ser efetivo e atingir as famílias que precisam efetivamente do apoio governamental, pois são pais que não conseguem cumprir com sua função por ser dependente de substâncias ilícitas.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse por esse estudo surgiu na participação de um projeto social dos estudantes do Ifes Campus Itapina que busca levar aos alunos do Centro de Referência Municipal da Criança e Adolescente em Colatina, ES momentos de integração social e lazer possibilitando as estudantes um contato com uma realidade diferente, mas presente na sociedade, o que de certa forma nos responsabiliza como futuros educadores. Buscar entender o motivo que levaram aquelas crianças a estarem ali e como a educação é fundamental para mudar a sua realidade foi o que me fez pesquisar sobre a função do Educador e seu compromisso com a educação.

Os adolescentes e crianças residentes do Cercaria são orientados pelos Educadores, sujeitos da nossa pesquisa, que na minha percepção desenvolvem suas funções de forma empírica, experienciada na sua vida cotidiana, cuidando-os da forma como cuidam de seus próprios filhos. Segundo Bossa (2000) os aspectos afetivos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano.

O Educador vivencia em sua prática todo o processo do educar, orientar e reforçar a criança em vários contextos, podendo ser um facilitador para o desenvolvimento mais adequado e compartilhado pela equipe, exercitando o seu papel conscientizador, na necessária tomada de consciência sobre o educar e ensinar por parte de quem cuida. Além do papel de educador, o profissional pode ser também um fomentador da cultura de valorização, respeito e promoção da convivência familiar e comunitária, reconhecendo a família como o ambiente de excelência para o desenvolvimento da criança.

Mesmo em instituições de alta qualidade, a inteligência e autonomia de crianças desse contexto são marcadamente menores do que aquelas que foram cuidadas em suas casas." (2006, p.73).

O processo de ensinar transcende as necessidades básicas e para tanto é preciso buscar formas de fortalecimento físico, moral, emocional e psicológico dessas crianças, uma vez que são vitimadas no corpo e na alma. E independente da finalização de cada caso, elas retomaram uma nova etapa de suas vidas, necessitando de segurança e autoconfiança para fazê-lo. Tais aspectos evidenciam a necessidade de um cuidado voltado para a educação.

De uma forma geral, compreende-se que o processo de vulnerabilização social pode se manifestar a partir do acesso restrito aos bens materiais, simbólicos e culturais por parte de uma população marginalizada socialmente, abrangendo um leque de possibilidades e situações (BARROS et al., 2011).

Por isso, ao delimitar o tema desse projeto de pesquisa, levou-se em consideração a grande relevância em compreender a representação social das pessoas que convivem diariamente com as crianças de casas de passagem para que se possa compreender a natureza e a qualidade de suas intervenções, haja vista que a representação que se faz de um indivíduo implica diretamente na relação que será estabelecida com ele.

E ao conhecer as representações sociais que os professores têm sobre a aprendizagem e desenvolvimento das crianças do Cerecria, este trabalho tem o propósito de contribuir para estabelecer um caminho possível para diminuir as barreiras do preconceito. E servir como ponto norteador quanto ao trabalho a ser desenvolvido com essas crianças durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento delas.

A infância é o ponto crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial do ser humano. De acordo com Cebalos, Mazaro, Zanin e Ceraldi:

As crianças adquirem técnicas de competências motoras e de coordenação, do pensamento, da memória e aprendizagem, o que ocorre na infância vai refletir na vida adulta. A capacidade de conhecimento e elaboração do "eu" e a interação social também se iniciam nessa fase, existe uma estreita ligação entre o desenvolvimento motor, a linguagem e a alfabetização (2011).

E também, possibilitar que o Centro de acolhimento e escola se vejam como corresponsáveis pelo processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas crianças, já que, tais instituições possuem papéis distintos, porém, dependentes, e que precisam se complementarem para promover o pleno desenvolvimento do sujeito.

Partindo dessa premissa, surgiu o seguinte questionamento: qual a importância social que esses educadores têm e exercem sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças residentes em casas de passagem?

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é compreender as representações sociais da escola, família e educadores sociais sobre as crianças, e mais precisamente, analisar as representações sociais que os professores têm sobre a aprendizagem e desenvolvimento das mesmas, quando inseridas em classes regulares de ensino. Uma vez que as representações sociais funcionam como sistemas de referências que se utilizam para classificar pessoas ou grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Assim como diz Alves Mazzotti 1994, "Além disso, as representações sociais mantêm relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social. Portanto, exerce um papel fundamental na orientação de condutas e práticas sociais"

3 REVISÃO DE LITERATURA / REFERENCIAL TEÓRICA

A leitura e escrita desse trabalho se baseia em leis e pesquisas que abordam a temática da vulnerabilidade social, aprendizagem e direito das crianças a Educação formal.

A escola exerce grande influência no desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois é o local onde convivem diariamente, construindo uma relação de cidadãos e o sentimento de pertencer a um grupo social, dessa forma a escola é a mediadora entre eles e a sociedade (PEREIRA, 2013). permanência do aluno (RAMIREZ; CRUZ, 2009). Desta forma, foi necessário a criação de leis que garantisse os direitos das crianças segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227 Relacionado a aprendizagem, A baixa escolaridade é uma das características de famílias que apresentam vulnerabilidade social. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais a educação está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania (SOARES, 2002). Portanto, verifica-se que exista tanto a ausência de incentivo aos estudos quanto a necessidade de abandono, tendo em necessidade a busca pela recuperação das finanças. Ou seja, a criança precisa trabalhar para garantir o alimento diário, pois os familiares encontram-se envolvidos em alguma prática criminosa, perdendo então a guarda do filho.

Para Bossa,

chama-se aprendizagem esse processo pelo qual a conduta modifica-se de maneira estável à raiz das experiências do sujeito."Portanto, embora o conceito de aprendizagem tenha sobre si o peso da tradição intelectualista, abarca muito mais. Por isso, a despeito da importância que esse aspecto possa ter, ele é só uma parte da aprendizagem total que o ser humano realiza.

Assim, é de extrema necessidade a inserção de modalidades de intervenção preventiva, com contextos das condições de vida e desenvolvimento da população sobre a vulnerabilidade na fase escolar (FERREIRA; MARTURANO, 2002).

As leis previstas na lei de 1988 garantem à criança o direito à afetividade e a garantia às suas necessidades básicas como a educação escolar, é papel do educador contribuir significativamente para a evolução dessa criança e prepará-la para o futuro.

A trajetória foi longa na busca de garantir os direitos das crianças e adolescentes e finalmente em 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA foi promulgado. Sendo então a concretização do artigo 227 da Constituição Federal, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos de direito, estabelecendo articulação entre o Estado e a sociedade civil. A institucionalização de

crianças e adolescentes após esta longa trajetória de luta na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, passou por grandes mudanças, pois segundo o texto do ECA.

[...] a afetividade pode ser conceituada como todo o domínio das emoções, dos sentimentos das emoções, das experiências sensíveis e, principalmente, da capacidade de entrar em contato com sensações, referindo-se às vivências dos indivíduos e às formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas. (BERCHT, 2001, p. 59).

Quando a criança recebe do professor a atenção que espera concretiza-se o que chamamos de relação professor/aluno. Ao sentir-se seguro, ela compreende que é livre para manifestar suas intenções e emoções, estando apta a aprender.

De acordo com Costa e Souza, 2006:

A afetividade no processo educativo é importante para que a criança manipule a realidade e estimule a função simbólica. A afetividade está ligada à auto-estima e às formas de relacionamento entre aluno e aluno e professor e aluno. Um professor que não seja afetivo com seus alunos fabricará uma distância perigosa, criará bloqueios com os alunos e deixará de estar criando um ambiente rico em afetividade.

Neste âmbito a Instituição deverá resguardar todos os direitos e assegurar a privacidade cultural e estilo de vida dos indivíduos, contribuindo para que exista um distanciamento da comunidade de origem dos mesmos garantindo seu bem estar emocional.

4 METODOLOGIA

Este trabalho deu-se início no final de dois mil e dezessete através de uma pesquisa bibliográfica e visitas na Instituição CERCRIA com o objetivo de resgatar a história e sua contribuição social na vida das crianças em situação de abandono.

Segundo Judith, Alda O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir esses propósitos, na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana

A opção metodológica se faz por observação, atividade escrita, escuta dos alunos e entrevista com a coordenadora da Instituição. Sobre a literatura utilizada foi preciso a busca por textos que tratassem a educação e a regulamentação Institucional dos abrigados.

Para apreender o sentido do qualificativo social no que se refere às representações, distinguindo-as daqueles outros produtos sociais, é necessário indagar por que as produzimos, isto é, enfatizar sua função, a saber: elas contribuem "exclusivamente para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais" (Moscovici, 1978, p.77).

Durante o período da pesquisa, as crianças foram observadas na participação do projeto “Resgatando brincadeiras antigas” do Ifes Itapina. Todas brincavam livremente enquanto os dados eram coletados.

As brincadeiras foram selecionadas de acordo com a faixa etária de cada criança, que ao serem abordados receberam perguntas que respeitassem sua moral, individualidade, e evitar constrangimentos.

5 CONCLUSÃO

Ao longo dos anos a sociedade sofreu diversas modificações no âmbito familiar e educacional. Ou seja, a família deixa de se responsabilizar pela educação dos filhos, e transmite a obrigação para a escola. Acontece que de acordo com que a sociedade se modificou, a pobreza fez com que crianças fossem deixadas de lado e passaram a depender do Estado, afinal, a situação em que elas se encontram vai contra os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e Adolescente.

De acordo com o parágrafo I da lei de 1990, Art. 7º:

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Portanto torna-se relevante o interesse do Estado em acolher as crianças que não possuem um total vínculo familiar para garantir-lhes os direitos por lei garantidos.

Por fim, o resultado coletado pelos materiais me levaram a compreender a importância que os centros de acolhimento a crianças vulneráveis têm sobre suas vidas, reforçando a necessidade de se sentirem acolhidas, e o poder transformador da educação escolar, o que lhes permitiriam acreditar em um futuro profissional e social estável.

As crianças e a profissional entrevistada concordam que a educação escolar é indispensável pela formação do caráter das crianças, e que a instituição cumpre com o papel da família orientando-os e permitindo que os mesmos tenham direito aos estudos.

Segundo a coordenadora, as professoras e o abrigo possuem um contato direto e como qualquer família, existem dificuldades a serem resolvidas, porém, a maior parte das crianças são dedicadas, amorosas, e poucos se deixam influenciar pela situação em que se encontram. Segundo ela, já houveram casos em que a criança teve sua vida escolar afetada devido a situações em que um familiar estivesse envolvido, mas o apoio e trabalho de parceria entre o abrigo/escola reverteram a situação e o aluno se sentiu seguro novamente para seguir com a vida escolar.

Concluo que a vulnerabilidade social pode sim atrapalhar o desenvolvimento educacional das crianças residentes em abrigos, porém, em especial a instituição estudada, o esforço da casa de passagem e as escolas que suas crianças estudam fizeram com que a realidade deles fosse diferente, e para eles isso é uma vitória.

6 RECURSOS

MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
LIVROS		3	R\$200
INTERNET		3	R\$360
IMPRESSÕES		20	R\$98,30
PASSAGEM DE ÔNIBUS		25	R\$100
		TOTAL	758,30

7 CRONOGRAMA

MES/ETAPAS	PERÍODO 2017					
	1	2	3	4	5	6
	Jul	ago	set	out	nov	dez
Revisão Bibliográfica	x	x	x			
Pesquisa de Campo			x			
Análise de Resultados				x	x	x
Escrita das Considerações				x	x	x
Defesa do TCC						x

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação**. Brasília, ano 14, n.61, jan/mar. 1994.

BARROS, D. D. et al. Brazilian experiences in social occupational therapy. In: KRONENBERG, F.; POLLARD, N.; SAKELLARIOU, D. (Org.). *Occupational therapies without borders: towards an ecology of occupation-based practices*. Churchill Livingstone: Elsevier, 2011. p. 209-216.

BASÍLIO, J. A. O; ANDRAD, L. R. **A presença da família na escola de educação infantil e seus reflexos no desenvolvimento escolar da criança**. 2018. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-presenca-da-familia-na-escola-de-educacao-infantil-e-seus-reflexos-no-desenvolvimento-escolar-da-crianca.pdf>> Acessado em 08 de set de 2021.

BERCHT, Magda. **Em Direção a Agentes Pedagógicos com Dimensões Afetivas**. Instituto de Informática. UFRGS. Tese de doutorado. Porto Alegre, dez 2001.

Bossa, N. A., (2000), **Dificuldades de Aprendizagem: o que são? Como trata-las?** Porto Alegre: Artmed.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no 8069, de 13 de julho de 1990.

Disponível em <<http://professorlucas.blogspot.com/2009/05/entrevista-com-nadia-bossa-dificuldades.html>> acessado em 08 de set de 2021.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> acessado em 08 de set de 2021.

Siqueira, A. C., Dell' Aglio, D. D. (2006). **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura**. Psicologia e Sociedade 18, 71-80.

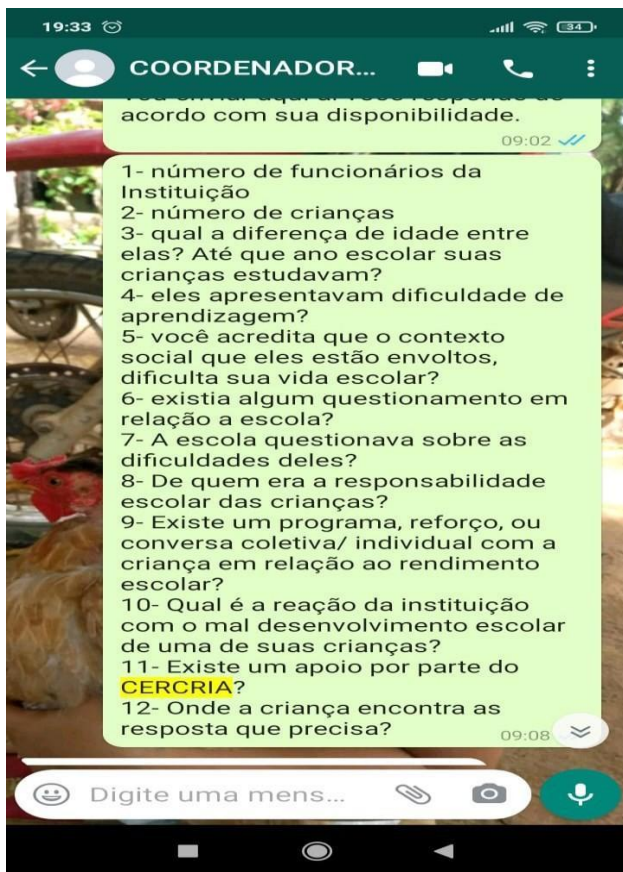
GUARESCHI, Neuza M. F. et al . **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, jun. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 set. 2021.

WINTER, Ana Cristina; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Vulnerabilidade social e educação: uma reflexão na perspectiva da importância da intersetorialidade**. Conhecimento & Diversidade, [S.l.], v. 11, n. 25, p. 165-183, jun. 2020. ISSN 2237-8049. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/5526> . Acesso em: 08 set. 2021.

APÊNDICES

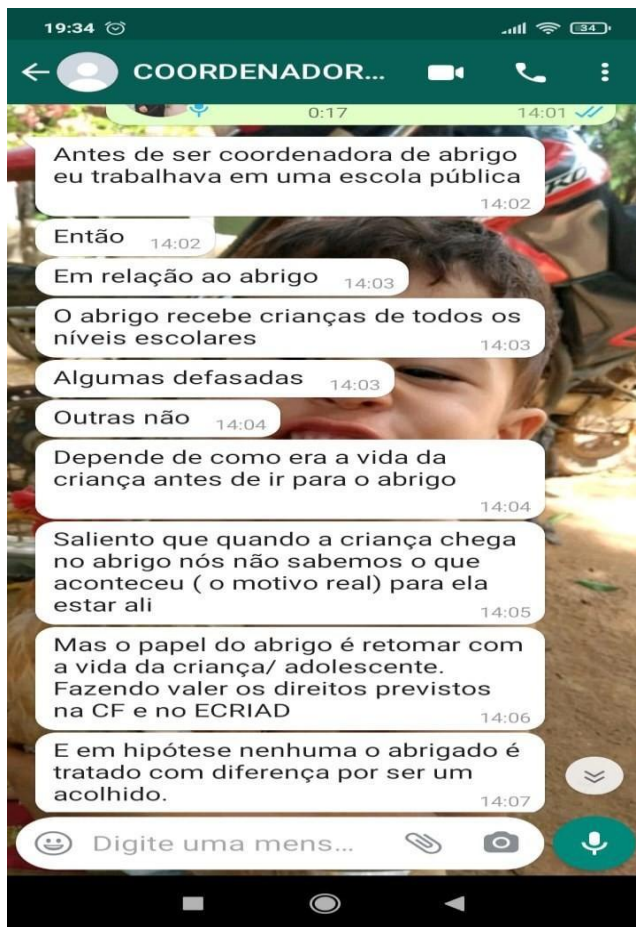
Entrevista com a ex-coordenadora do cercria:

Imagem 1: Entrevista pelo WhatsApp com uma ex-coordenadora do cercria.



FONTE: Próprio Acervo.

Imagem 2: Entrevista com a ex-coordenadora do cercria.



FONTE: Próprio acervo.